

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS

População e Território

A população regional, em 2008, era de 6.142.760 habitantes; a sua participação na população estadual manteve-se relativamente estável, representando 14,9% do total. A região apresenta densidade populacional de 226,9 habitantes por km², acima da marca estadual de 165,5 habitantes por km².

Em 2008, além de Campinas, que possuía 1,1 milhão de habitantes, na RA havia cinco municípios com mais de 200 mil habitantes: Piracicaba (358 mil), Jundiaí (355 mil), Limeira (279 mil), Sumaré (231 mil) e Americana (202 mil); dez com mais de 100 mil habitantes: Hortolândia (195 mil), Rio Claro (191 mil), Santa Bárbara d'Oeste (186 mil), Indaiatuba (183 mil), Bragança Paulista (143 mil), Mogi Guaçu (141 mil), Atibaia (129 mil), Araras (115 mil), Várzea Paulista (107 mil) e Valinhos (101 mil). Outros 13 municípios da região possuíam entre 50.000 e 100.000 habitantes e 61 com menos de 50.000 habitantes.

O dinamismo econômico da RA potencializou seu aumento populacional nas últimas décadas, atraindo grande contingente de pessoas. Nos períodos 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2008, a taxa geométrica de crescimento da população decresceu

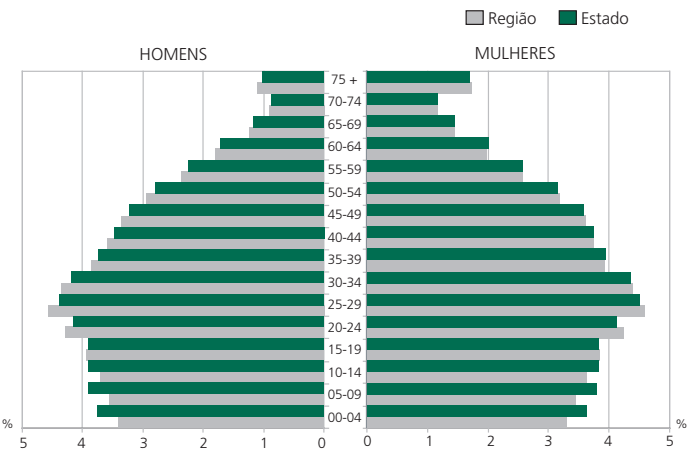
de 2,91% para 2,31% e, em seguida, para 1,64% ao ano, acompanhando o movimento verificado para o total do Estado de São Paulo (2,12%, 1,82% e 1,34%), porém mantendo-se em patamar ligeiramente mais elevado.

Projeta-se que a RA de Campinas, em 2010, terá 6.325.125 habitantes, 59,7% em idade plenamente produtiva, entre 20 e 59 anos, indicando amadurecimento da população e a disponibilidade de contingente significativo de pessoas para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, 28,9% das pessoas terão entre 0 e 19 anos e 11,4%, 60 anos ou mais. Esse perfil populacional assemelha-se ao estimado para o total do Estado.

Economia

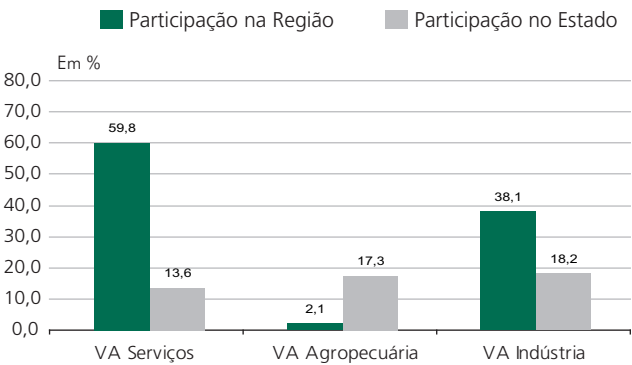
A estrutura produtiva da RA de Campinas é bastante complexa. Caracteriza-se pela convivência de uma agricultura moderna e diversificada com o mais expressivo parque industrial do interior do Estado de São Paulo e com um setor de serviços sofisticado e de alta tecnologia. Isso faz de Campinas a segunda região em importância do Estado, ficando atrás apenas da Região

Pirâmide Etária da População, por Sexo
Estado de São Paulo e RA de Campinas – 2010



Fonte: Fundação Seade.

Participação do Valor Adicionado no Total da Região e no Respectivo Setor de Atividade Econômica no Estado de São Paulo, segundo Setores de Atividade Econômica
Região Administrativa de Campinas – 2005



Fonte: Fundação Seade.

Metropolitana de São Paulo. Em 2005, a região foi responsável por R\$ 111 bilhões do Produto Interno Bruto paulista, segundo dados do PIB Municipal, o que representa 15,3% da riqueza gerada no Estado no período.

A despeito da pequena importância do setor agropecuário no âmbito intra-regional – apenas 2,1% do Valor Adicionado – VA da RA em 2005 –, a região de Campinas é a principal produtora no âmbito estadual, respondendo por 17,3% do VA da agropecuária paulista. Este fato decorre do alto padrão de modernização da agricultura local, o que coloca a região como a primeira do país em índice de mecanização, uso de adubos, de sementes selecionadas, etc. Com isso, registram-se ganhos de competitividade, otimização dos processos produtivos e introdução constante de inovações tecnológicas.

Na agricultura, a cana-de-açúcar predomina e, nos últimos anos, as usinas de açúcar e álcool têm feito investimentos importantes na modernização de seus equipamentos. A citricultura tem grande participação na agricultura regional e também vem se modernizando, com o adensamento do plantio, o que contribuiu para o aumento da produtividade e a redução de custos. Além da produção de suco concentrado e congelado, a região é tradicional na produção de mudas. Ao lado dos citros, a RA é importante produtora de frutas. Indaiatuba, Itatiba, Irupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo formam o Pólo Turístico do Circuito das Frutas, cujos principais produtos são uva, figo, goiaba, caqui, pêssego e morango. Sua comercialização, exposição e degustação têm impulsionado não só o agronegócio, mas também o turismo da região.

A indústria responde por 38,1% do VA regional e por 18,2% do VA industrial paulista em 2005, o que faz de Campinas a segunda região do Estado de São Paulo em valor de produção industrial, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. A dinâmica do setor abrange desde áreas industriais tradicionais, como alimentícia e têxtil, como outras mais modernas, como automotiva, metalúrgica, petroquímica e farmacêutica, até nichos da produção de ponta em telecomunicações, eletrônica, informática e química fina.

A diversificação e o peso da estrutura industrial da RA são marcantes, podendo-se destacar o Pólo Petroquímico de Paulínia, composto pela Replan, da Petrobras, e por outras empresas do setor químico e petroquímico; o parque têxtil de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste; o pólo ceramista, em Santa Gertrudes, Artur Nogueira, Pedreira e Porto Ferreira; o de papel e celulose, em Limeira e Jundiaí; além do pólo de alta tecnologia de Campinas e Hortolândia. O principal eixo indutor da atividade industrial da região foi a Via Anhangüera, ao redor da

qual se instalou a maioria das plantas industriais, principalmente em Jundiaí, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Sumaré, Americana, Nova Odessa e Limeira.

A dinâmica econômica da RA de Campinas possibilita o desenvolvimento de atividades tradicionalmente encontradas apenas nas grandes capitais do país. Por esse motivo, seu setor terciário engloba um desenvolvido segmento de serviços, com destaque para os complexos universitário, cultural e hospitalar; grandes redes educacional, bancária, imobiliária e de transportes; comércio de grande porte ou especializado; rede de alojamento e alimentação e serviços pessoais diferenciados.

Assim como na indústria, a região é a segunda mais importante na geração do VA de serviços no Estado (13,6%), sendo que o setor responde por quase 60% do VA total da região, em 2005.

Em Campinas, sobretudo na Rodovia D. Pedro I e nas cercanias, foram implantados empreendimentos de comércio, alimentação, entretenimento e hotelaria, que reforçaram, ainda mais, seu papel de pólo regional. Recentemente, foram instalados hipermercados, empresas de materiais de construção e *shopping centers* de grande porte, que passaram a atrair pessoas de diversas cidades.

A região abriga importantes instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Puccamp, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq, da USP, os Institutos de Biociências e de Geociências e Ciências Exatas da Unesp, as Faculdades de Campinas – Facamp, a Universidade Metodista – Unimep, o Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unisal, a Universidade São Francisco – UFS e a Universidade Paulista – Unip. Além disso, possui a maior concentração de instituições de pesquisa e desenvolvimento do interior brasileiro, com destaque para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD, a Fundação Centro Tecnológico para a Informática – CTI, a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico – Codetec, o Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, o Instituto Tecnológico de Alimentos – Itai, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS e o Instituto de Zootecnia localizado em Nova Odessa.

A existência dessas instituições e de inúmeras escolas técnicas e a conseqüente disponibilidade de pessoal qualificado foram fundamentais para o surgimento de empresas de alta tecnologia, que atuam principalmente nos setores de informática, microeletrônica, telecomunicações, eletrônica e química fina, além de inúmeras empresas de pequeno e médio porte fornecedoras de insumos, componentes, partes, peças e serviços.

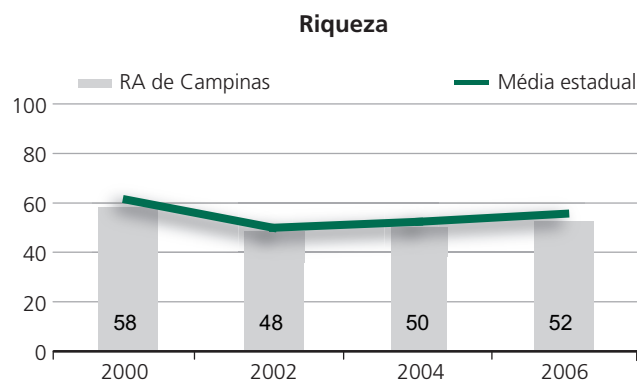
O IPRS na Região Administrativa de Campinas

A grande dimensão e a alta complexidade constituem as principais características da Região Administrativa de Campinas. Sua importância econômica é revelada pelo IPRS, em que apresenta o quarto indicador de riqueza entre as regiões do Estado. Ordenadas as RAs, segundo os indicadores de longevidade e escolaridade, a de Campinas ocupa a quarta e a décima posições, respectivamente.

A heterogeneidade intra-regional pode ser observada pela distribuição dos 90 municípios da RA nos cinco grupos do IPRS. No Grupo 1, que reúne bons indicadores nas três dimensões, classificam-se 21 municípios; no Grupo 2, que congrega bons indicadores de riqueza, mas aspectos socioeconômicos insatisfatórios, incluem-se 20 municípios; no Grupo 3, correspondente a municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, exibem indicadores sociais satisfatórios, encontram-se 6 municípios; nos Grupos 4 e 5 foram classificados 23 e 20 municípios, respectivamente. Os dois últimos grupos agregam piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os municípios classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor, pois apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 2004 e 2006:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 13,39 MW para 14,92 MW, sendo a média do Estado, em 2006, de 17,28 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial registrou pequeno aumento de 2,04 para 2,13 MW, sendo a média do Estado, de 2,27 MW;



Fonte: Fundação Seade.

- o rendimento médio do emprego formal aumentou, de R\$ 1.262 para R\$ 1.331, sendo a média do Estado, em 2006, de R\$ 1.441;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu, no período, de R\$ 15.772 para R\$ 17.723, sendo a média do Estado, em 2006, de R\$ 11.944.

No indicador agregado de riqueza, a Região Administrativa de Campinas registrou pequeno aumento entre 2004 e 2006, embora inferior ao observado para o conjunto do Estado (cerca de 6%). Nota-se crescimento de aproximadamente 11% no consumo de energia elétrica não-residencial e um aumento mais discreto no consumo residencial.

Em dez municípios o aumento da primeira variável foi superior a 20%, ao passo que, nesta última, mais de um terço das localidades incrementou o consumo anual em mais de 5%.

Quanto aos salários médios reais, os níveis de rendimento aumentaram de forma generalizada na região, e 15 municípios observaram acréscimos superiores a 15%, entre 2004 e 2006. Já no que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, oito municípios da região registraram mais de 50% de aumento. São eles: Artur Nogueira, Charqueada, Engenheiro Coelho, Jarinu, Mombuca, Piracaia, Pirassununga e Rafard.

Em resumo, todos os componentes da dimensão registraram aumentos no período em análise, apontando para relativo dinamismo das atividades econômicas na região. Sobressaem o consumo de energia dos diferentes setores produtivos e o valor adicionado fiscal *per capita*, que cresceu em torno de 12%, excedendo a variação observada para o Estado.

Entre os 90 municípios que compõem a região, apenas três reduziram seu indicador de riqueza, cinco mantiveram-se estáveis e os demais registraram crescimento. Nove municípios superaram o valor médio de riqueza do Estado: Águas de São Pedro, Atibaia, Campinas, Jaguariúna, Jundiaí, Louveira, Paulínia, Valinhos e Vinhedo.

O indicador agregado de longevidade aumentou ligeiramente na região, com variação idêntica àquela observada para o conjunto do Estado. Em 43 municípios o escore é superior à média estadual (72). Outros 15 elevaram sua pontuação em pelo menos 5 pontos, em contraste ao decréscimo registrado em 25 cidades.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 2004 e 2006:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) decresceu de 12,9 óbitos para 11,6, sendo a média do Estado, em 2006, de 13,3;

- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) registrou redução, passando de 15,3 óbitos para 14,2, correspondendo à média do Estado, em 2006;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) também diminuiu de 1,56 óbitos para 1,38, sendo a média do Estado, em 2006, de 1,48;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) manteve-se praticamente estável, passando de 38,5 óbitos para 37,7, nível quase igual à média do Estado, em 2006, de 37,6.

Em alguns municípios, os componentes dessa dimensão são ainda excessivamente elevados, como a taxa de mortalidade infantil em Charqueada, Joanópolis, Lindóia, Pedra Bela e São Sebastião da Gramma, que ultrapassa 25 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, deve-se ter cautela ao analisar o aumento ou a diminuição das taxas em municípios com população reduzida, pois essas taxas são bastante afetadas pela variação de apenas um óbito ou um nascimento.

O indicador de escolaridade, apesar de posicionar a RA de Campinas (64) num patamar levemente inferior à média estadual (65), cresceu 10 pontos no período em análise. Águas de São Pedro, Americana, Holambra, Jundiaí, Jaguariúna e Valinhos são os mais bem posicionados na região; cerca de um terço dos municípios apresenta escore acima do valor médio estadual. Entre os que não atingiram o escore médio estimado para o Estado, os piores resultados couberam a São Pedro (48), Várzea Paulista (48), Aguai (51) e Itobi (52).

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 2004 e 2006:

- a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 66,4% para 72,2%, sendo a média do Estado, em 2006, de 73,8%;

- a proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo apresentou ligeiro aumento, de 97,3% para 99,9%, patamar idêntico à média do Estado, em 2006;
- a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo cresceu, passando de 36,4% para 51,0%, sendo a média do Estado, em 2006, de 53,9%;
- a taxa de atendimento à pré-escola das crianças de 5 e 6 anos registrou pequeno aumento, passando de 80,4% para 83,7%, sendo a média do Estado, em 2006, de 82,0%.

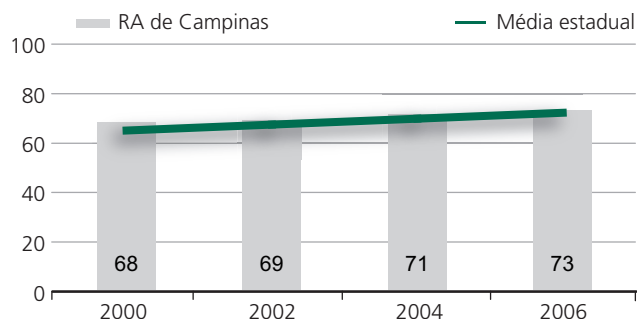
Avanços expressivos foram observados na proporção de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, com taxas municipais indicativas da exclusão do analfabetismo funcional. Cerca de dois terços dos municípios da região aumentaram em mais de 5% a proporção de jovens concluintes do ensino fundamental. Cresce também a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo na totalidade dos municípios.

Em uma apreciação geral da RA de Campinas, por meio do IPRS, observa-se que o indicador regional de riqueza, ligeiramente abaixo do escore do Estado, não acompanhou o aumento médio deste, não obstante o acréscimo de 12% no valor adicionado fiscal *per capita* na região.

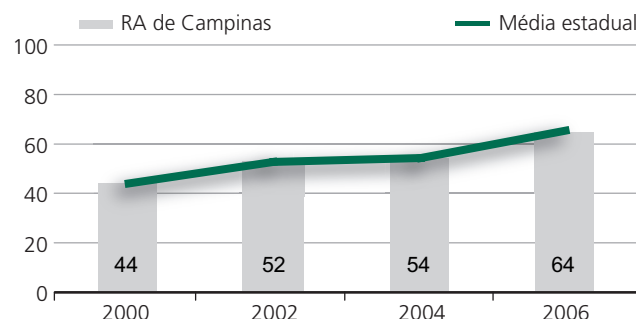
Os indicadores de mortalidade na região reduziram-se no período, exceto a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos e mais, que se estabilizou. A evolução nessa dimensão foi favorável, porém esforços ainda são necessários para homogeneizar a RA de Campinas, onde persistem elevadas taxas de mortalidade infantil em alguns municípios.

Por fim, o indicador de escolaridade da região apresentou evolução semelhante ao do Estado, com progressos na eliminação do analfabetismo funcional e ampliação da conclusão do ensino médio.

Longevidade



Escolaridade



Fonte: Fundação Seade.

Fonte: Fundação Seade.